



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 695840
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no Convênio n. 3847/1998 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e Prefeitura Municipal de Rio do Prado.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Primeira Câmara de 03/11/2014 (f. 210/211), os conselheiros constataram irregularidades e determinaram ao Sr. Euler Rodrigues, Prefeito Municipal à época, o ressarcimento ao erário estadual do valor de R\$42.269,10 (quarenta e dois mil duzentos e sessenta e nove reais e dez centavos). Ainda, recomendaram ao atual Secretário de Estado da Educação que, nos próximos Convênios firmados, proceda à imediata instauração de Tomada de Contas quando constatada a ocorrência de quaisquer fatos que conduzem a possíveis irregularidades na aplicação do numerário repassado pelo convênio, sob pena de responder solidariamente pelo dano.

A referida decisão transitou em julgado em 29/05/2015, conforme certificado à f. 215.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foi emitida a Certidão de Débito n. 084/2016 (f. 231/233), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 695840RE553, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2016.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015.